

**Estratégias  
familiares e  
transmissão de  
propriedade em  
Porto da Folha (SE)  
no século XIX – a  
família Gonçalves  
Lima/Alves Feitosa\***

*Lucas Oliveira de Jesus\*\**

*Resumo*

O artigo versa sobre as estratégias de transmissão de propriedade entre famílias pecuaristas no território de Porto da Folha no século XIX por meio da trajetória dos Gonçalves Lima/Alves Feitosa. Partindo da metodologia proposta por Giovanni Levi (2000), o objetivo é compreender as maneiras que os membros dessa família buscaram se reproduzir socialmente. Como corpus documental, foram perscrutados os inventários *post mortem* abertos em Porto da Folha e o Livro dos Registros Paroquiais de Terras da Freguesia de Porto da Folha localizados no Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) e no Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), respectivamente. Verificou-se que as estratégias se assentavam em adiantamentos de herança, a saber, terras, gado e escravizados, além de práticas possessórias em pastos coletivos.

**Palavras-chave:** Herança, Família, Porto da Folha, Século XIX

\* Artigo desenvolvido com bolsa de financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

\*\* Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) da Universidade Federal de Sergipe. Membro do GP “Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa” (CNPQ/UFS). E-mail: lucasoljesus0@gmail.com.

Family Strategies and  
Property Transmission in  
Porto da Folha (SE) in the  
nineteenth century – The  
Gonçalves Lima/Alves  
Feitosa Family

Estrategias familiares y  
transmisión de propiedad  
en Porto da Folha (SE) en  
el siglo XIX – la familia  
Gonçalves Lima/Alves  
Feitosa

*Abstract*

This article explores the strategies of property transmission among cattle-raising families in the territory of Porto da Folha during the 19th century, focusing on the trajectory of the Gonçalves Lima/Alves Feitosa family. Using the methodology proposed by Giovanni Levi (2000), this study aims to understand in which ways members of this family sought to reproduce themselves socially. The documentary corpus includes post-mortem inventories from Porto da Folha and the Book of Parish Records of Lands of the Freguesia de Porto da Folha, preserved in the Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) and the Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Therefore, we can observe the development of family strategies based on inheritance anticipation, including lands, cattle and enslaved, as well as possessory practices in communal pastures.

**Keywords:** Inheritance; Family; Porto da Folha; 19th Century

*Resumen*

El artículo aborda las estrategias de transmisión de propiedad entre familias ganaderas en el territorio de Porto da Folha en el siglo XIX a través de la trayectoria de los Gonçalves Lima/Alves Feitosa. Partiendo de la metodología propuesta por Giovanni Levi (2000), el objetivo es comprender las maneras en que los miembros de esta familia buscaron reproducirse socialmente. Como corpus documental, se investigaron los inventarios post mortem abiertos en Porto da Folha y el Libro de los Registros Parroquiales de Tierras de la Freguesia de Porto da Folha, localizados en el Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) y en el Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), respectivamente. Se constató que las estrategias se basaban en anticipos de herencia, a saber, tierras, ganado y esclavizados, además de prácticas posesoria en pastos colectivos.

**Palabras clave:** Herencia; Familia; Porto da Folha; Siglo XIX



## Introdução

Em 30 de setembro de 1856, Tertuliano Gonçalves Dias dirigiu-se ao pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Porto da Folha, o Frei Dorotheo de Loreto, a fim de registrar as terras que possuía no território da paróquia. Segundo Tertuliano, ele era senhor e possuidor de terras indivisas na Capivara, termo de Porto da Folha, havidas por sesmaria<sup>1</sup>. Considerando que o sistema sesmarial de distribuição de terras foi abolido na década de 1820, Tertuliano não seria o primeiro possuidor daquelas terras possivelmente havidas por um algum antepassado seu. Partindo desse registro, o artigo busca compreender a composição do patrimônio de sua família no espaço agrário do São Francisco sergipano, mais notavelmente, em Porto da Folha, e as estratégias utilizadas na transmissão dos bens. Partindo da metodologia da recomposição das trajetórias familiares, abordado por Giovanni Levi (2000), analisaremos as escolhas e projetos delineados pela família de Tertuliano, considerando o contexto social, econômico e político do século XIX, ou seja, no interior daquela racionalidade limitada. Afim de traçar a trajetória dessa família, nos baseamos nas informações contidas nos inventários *post mortem* abertos em Porto da Folha, cotejando os nomes pelo método onomástico. Como os inventários são um tipo documental que permite acessar os bens possuídos pelos falecidos no momento de sua morte, a perscrutação da amostragem possibilita compreender os meandros da posse da terra e comparar o patrimônio dos vários membros da família, evidenciando as logísticas e estratégias desenvolvidas.

Além disso, também nos pautaremos em trabalhos anteriores que se debruçaram sobre o espaço agrário de Porto da Folha (Silva, 1991; Silva, 2022) e sobre as estratégias de transmissão de bens de famílias que estavam situadas em outras regiões onde predominava a pecuária, tanto áreas que também margeavam o São Francisco (Neves, 2008; Ferreira, 2008; Ferreira, 2017), como outras regiões pecuaristas (Garcia, 2006; Farinatti, 2010; Ferreira, 2014; Monteiro, 2023). A partir desses trabalhos, fica notável que as práticas pos-

<sup>1</sup> APES, SS, Vol. 58, Doc. 1688, Registro N° 350.

sessórias das famílias pecuaristas no século XIX estiveram baseadas em algumas estratégias, a saber: adiantamento de terras, gado e escravizados via dote; início da criação de gado por membros mais jovens em terras da família; uso da terra em situação jurídica *pro indivisa*, ou seja, sem demarcação estipulada, com o aproveitamento das benfeitorias de forma coletiva; estabelecimento de relações sociais e alianças com outras famílias pecuaristas da região; e ocupação de cargos de poder no cenário político e administrativo em Porto da Folha.

#### *D. Josefa e o Capitão Miguel: a família inicial*

Em 1842, Tertuliano, junto com sua numerosa família, foi citado como um dos netos da abastada senhora D. Josefa Álvares Feitosa. Durante a realização do inventário, o viúvo Capitão Miguel Gonçalves Lima descreveu aos avaliadores, o volume dos bens de seu casal. Como rebanho, possuíam 200 cabeças de gado, 6 cavalos e mais 15 cabras distribuídos nas fazendas da Lagoa Grande, Lagoa Salgada e Cachoeira<sup>2</sup>. O casal não era proprietário de todas essas fazendas, mas possuidores de terras. Ou seja, compartilhava a posse das terras, nas quais poderiam haver casas, currais e outras benfeitorias com outros indivíduos. A fazenda da Lagoa Grande, por exemplo, possuía, além do pasto, 2 currais e 2 tanques. Os tanques, para além de fontes de abastecimento de água para o gado, também serviam de cultivo para a lavoura de arroz. Na produção e criação dos animais, o casal ocupava 5 escravizados.

Por essas características podemos destacar D. Josefa e o Capitão Miguel como um casal de fazendeiros abastados. Tinham sua atividade econômica intimamente ligada à economia agropastoril, predominante na margem do rio São Francisco, possuíam escravizados, eram senhores de terras, com número considerável de animais em seus currais e em seus pastos. Conforme analisou Sheyla Farias Silva (2021), a composição da riqueza entre os mais

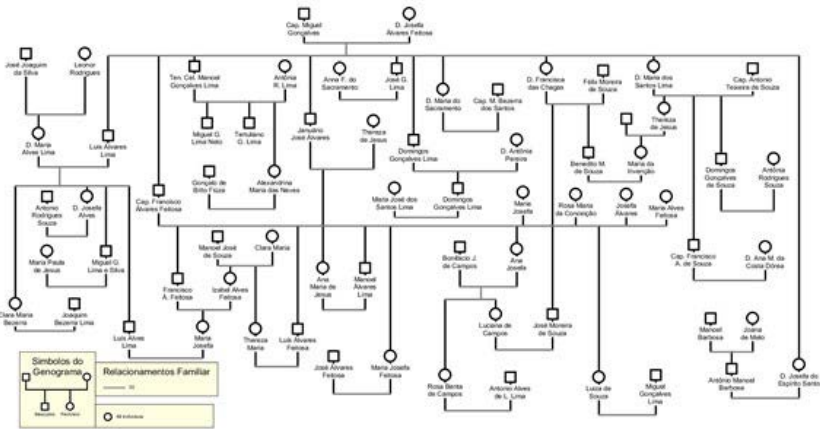


<sup>2</sup> AGJSE, PFO, Nº 2961, Doc. 05, 1842, Inventário post mortem de D. Josefa Álvares Feitosa; AGJSE, PFO, Nº 2962, Doc. 04, 1842, Inventário post mortem de D. Josefa Álvares Feitosa.

ricos concentrava-se em torno de bens de raiz, em sua maioria bens rurais, além da criação de gado e posse de escravizados<sup>3</sup>.

O que mais nos chama atenção no inventário de D. Josefa, é o número de herdeiros. No rol, são descritos 48 indivíduos, entre filhos e filhas, netos e netas, além dos nomes dos cônjuges de cada um. Ainda a partir dos inventários, buscamos traçar a trajetória de alguns deles, a fim de averiguar se conseguiram repor a riqueza de seus pais.

Figura 1 - Genograma da Família Alves Feitosa no século XIX



Fonte: AGJSE, PFO, inventários *post mortem*, 1800-1875.

Na Figura 01, delimitamos o núcleo familiar dos Gonçalves Lima, sobretudo os filhos dos quais tivemos informações a partir dos inventários. A partir desse quadro, é possível traçar alguns apontamentos sobre a família. Como discutido por Maria Ferreira (2017) e Jackson Ferreira (2014), a importância de patentes militares representava uma importante distinção no território do município. Por meio dos postos de capitão, major e tenente coronel, tais indivíduos da família conseguiam assegurar posições de poder e mando no ce-

<sup>3</sup> Constatando a riqueza da família Silva Tavares, responsável pela aquisição das terras pertencentes ao Morgado de Porto da Folha na década de 1880, Silva (2021) demonstra que metade de seus bens era composto por gado, rebanho com mais de mil cabeças de gado *vacum* e outra grande parcela em posses rurais, sobretudo fazendas.

nário local, a partir de conexões com indivíduos externos que lhes concediam nomeação.

Além disso, como visível na Figura 01, o fato de primos e primas tecerem matrimônios entre si demonstra a importância da família enquanto rede de sociabilidade. Como discutido por Elisângela Ferreira (2008), a formação de novas famílias por meio do casamento endógeno representava, pelo menos, duas estratégias. Primeiro, a fim de não dispersar os direitos sobre a terra da família, o casamento entre primos repercutia como meio de compartilhamento do patrimônio familiar, reforçado pela co-posse da terra, em que mais de um núcleo residiam coletivamente, aproximando as gerações futuras. Em segundo lugar, o casamento representava uma estratégia importante de reprodução social, permitindo que a família reforçasse alianças internas.

298



### *Filhos de Miguel: trajetória familiar dos homens da família*

O primeiro dos filhos do casal Capitão Miguel Gonçalves e D. Josefa Feitosa, Luís Álvares Lima, era casado com Maria Alves Lima, e morador de Curral das Pedras (atual Gararu) quando faleceu em 1856<sup>4</sup>. No processo de partilha de seu inventário, a soma de todos os seus bens foi avaliada em 11:393\$093 (lê-se onze contos e trezentos e noventa e três mil e noventa e três réis). Era um rico fazendeiro com um rebanho de 545 cabeças de gado, 36 cavalos e 118 cabras. Também era possuidor de seis escravizados: dois africanos e quatro “crioulos”. Entre os seus numerosos bens imobiliários, constavam duas casas no centro urbano da vila de Porto da Folha, sendo uma delas de herança de sua mãe, Josefa Alves, e mais terras distribuídas nas fazendas Estreito, Poço das Quiribas, Freaceada, Junco de Cima, Cachoeira, Lagoa Grande e do Jiló. Algumas dessas fazendas eram claras referências às terras deixadas por seus pais, em 1842, já outras poderiam ter sido adquiridas por compra ou, até mesmo, como dote. O próprio Luís teve 15 filhos, sendo 13 vivos em 1856.

<sup>4</sup> AGJSE, PFO, Nº 2965, doc. 04, 1856, Inventário *post mortem* de Luís Álvares (Alves) Lima.

Antes de falecer, contudo, adiantou terras e gado a dois de seus filhos, permitindo que residissem no Sítio do Estreito, como visualizado abaixo.

Miguel Gonçalves Lima e Silva, um dos filhos de Luís, ficara viúvo em dezembro de 1855, quando da morte de sua esposa, Maria Paula de Jesus, também residindo na Vila do Curral das Pedras, como seu pai<sup>5</sup>. Em 1859, durante o procedimento do inventário da falecida, foi descrito que o casal possuía, entre seus bens, uma escravizada de nome Eduvirgens, descrita como uma mulata de 17 anos, uma casa de taipa e telha na Povoação de São Pedro e um rebanho de 43 caprinos, sem referência à posse no sítio do Estreito. No inventário de D. Josefa Alves, também filha de Luís, aberto em agosto de 1856, Antônio Rodrigues Souza, marido, primo e inventariante, descreveu que possuía apenas duas casas na Vila de Porto da Folha, um rebanho composto por 31 cabeças de gado e mais 9 cavalos, cuidados por seus 5 escravizados<sup>6</sup>. Também não há menção à posse no Estreito. Diferente de seus cunhados, Joaquim Bezerra Lima, casado com D. Clara Bezerra Lima, declarou, em 1856, que tinha uma posse de terras indivisas no Estreito<sup>7</sup>.

Segundo Luís Farinatti (2010), em seu estudo sobre a composição da riqueza da elite ganadeira em Alegrete, Rio Grande do Sul, entre os ricos fazendeiros, a possibilidade de permitir o acesso à terra antecipadamente, era uma forma de incentivar o início da vida econômica e familiar das gerações futuras. Como destaca Elisângela Ferreira (2008) a atividade pecuarista predominante no sertão oitocentista baseava-se na necessidade de extensas áreas de pastagens e de fontes d'água, a fim de abastecer o gado. Por isso, em terras da família, o rebanho de cada herdeiro era criado conjuntamente, sendo diferenciados pela iniciais do dono marcados no lombo dos animais e administrados pelos vaqueiros escravizados ou livres (Silva, 1997; Ferreira, 2014). Com a criação coletiva em terras *pro indivisa*, os diferentes membros poderiam se beneficiar do

<sup>5</sup> AGJSE, PFO, N° 2967, doc. 09, 1859, Inventário post mortem de Maria Paula de Jesus.

<sup>6</sup> AGJSE, PFO, N° 2965, doc. 14, 1856, Inventário post mortem de D. Josefa Alves.

<sup>7</sup> APES, SS, Vol. 58, N° 1688, Registro N° 212.



uso coletivo das benfeitorias existentes na possessão, sobretudo os tanques e córregos (Garcia, 2006; Ferreira, 2008).

Embora permitisse que seus filhos e genros usassem suas terras para a criação, a possessão sobre o sítio do Estreito continuava sob o domínio de Luís Lima. A permissão, conforme abordou Eliângela Ferreira (2008) e Jackson Ferreira (2014), estava assentada na manutenção e reprodução das hierarquias internas estabelecidas no centro de uma família. Ao permitir o acesso dos filhos e demais pessoas de sua “Casa”, Luís Lima continuava os influenciando e perpetuando seu domínio. Nesse sentido, tal ato repercutia em duas medidas: internamente, reafirmava o do *pater* poder sob a parentela; e, externamente, garantia que terras de sua possessão se mantivessem ocupadas. Como apontou Mariana Armond Dias Paes (2019), em conflitos agrários do século XIX, o estabelecimento de agregados representava a confirmação de atos possessórios e direitos de propriedade entre grandes possuidores, sinalizando que aquele território já se encontrava ocupado e que sua autoridade ali deveria ser reconhecida.

Ainda mais rico que Luís Álvares Lima era seu irmão, o Tenente Coronel Manoel Gonçalves Lima, segundo do Capitão Miguel. À época do falecimento de sua esposa, D. Antônia Rodrigues Lima, em 1868, seus bens estavam avaliados 20:111\$460, um dos maiores de Porto da Folha<sup>8</sup>. Mesmo com pouco menos de 100 cabeças de gado, 10 cavalos e 100 cabras, sendo proprietário de 15 escravos. Além disso, era possuidor de terras na Fazenda Cajazeira, na Lagoa de Beber e na Cachoeira, todas descritas com currais e tanques. A feitura do inventário foi amigável entre os seus três filhos, o que pode caracterizar que uma parte do rebanho tenha sido desfalcada anteriormente. O número de reses descritas era muito diminuto para a quantidade de terras e currais que o Tenente Coronel possuía. Isso nos leva a crer que uma parte da herança tenha sido adiantada antes da feitura do inventário, haja vista que a iniciativa para a confecção da partilha tenha sido dos próprios herdeiros e não do juizado de Órfãos.

<sup>8</sup> ACJSE, PFO, Nº 2970, doc. 24, 1868, Inventário post mortem de D. Antônia Rodrigues Lima.





Diferente dos irmãos que acumularam um grande patrimônio, Domingos Gonçalves Lima não teve tempo de recolher extenso cabedal. Quando faleceu em 1841, era casado com D. Antônia Rosa Pereira, com quem tinha três filhos ainda de menor idade. Domingos era um próspero fazendeiro em desenvolvimento, cujos bens foram avaliados ao todo em 6:778\$880<sup>9</sup>. Considerando que seus filhos ainda eram novos, supomos que ainda não era de idade avançada quando faleceu. Contudo, era possuidor de muitas terras: duas casas na Vila de Porto da Folha, uma casa com cercado na Ilha do Ouro, além de várias casas com terrenos nas fazendas da Travessia, da Lagoa Grande, do Curralinho e Catuné. Nessas terras, possuía currais e a criação de, no momento do inventário, 242 cabeças de gado e 19 cavalos, cuidados por seus 9 escravizados. Pouco mais de 15 anos depois, em 1857, seu filho homônimo era casado com D. Maria José dos Santos Lima, e recebeu na partilha com seus irmãos, as terras, roças, casas e currais da Fazenda Travessia. Além disso, também possuía uma posse de terras na Malhada Vermelha e uma roça na Barra dos “Craibos”. Nessas, tinha um considerável rebanho de 49 cabeças de gado e 6 burros.

O quarto filho do Capitão Miguel para quem possuímos informações, é o Capitão Francisco Álvares Feitosa. Sem sorte como matrimônio, o Capitão Feitosa foi casado quatro vezes, sendo três vezes viúvo. Em 1818, quando do falecimento de sua primeira esposa, Maria Josefa, o casal era possuidor de 164 reses e 9 cavalos distribuídos em suas terras nas fazendas do Buraco, Curralinho e Lagoa dos Bichos. Além de terras nesses lugares, possuía uma casa na Ilha de São Pedro, e a posse de 5 escravizados, sendo três africanos<sup>10</sup>. Em 1836, quando ficou viúvo de Josefa Álvares, houve aumento no seu rebanho e em seu patrimônio fundiário, sendo mencionadas partes de terra que passou a ter na Fazenda do Poço, da Lagoinha, Lagoa Salgada e Cágado<sup>11</sup>. Já em 1839, após o falecimento de sua terceira esposa, Maria Alves Feitosa, seu patrimônio já estava bem

<sup>9</sup> AGJSE, PFO, N° 2960, doc. 10, 1841, Inventário post mortem de Domingos Gonçalves Lima.

<sup>10</sup> AGJSE, PFO, N° 2956, doc. 05, 1818, Inventário post mortem de Maria Josefa.

<sup>11</sup> AGJSE, PFO, N° 2958, doc. 05, 1836, Inventário post mortem de Josefa Álvares.

diminuído: 63 reses e 2 cavalos, distribuídos nas mesmas fazendas do Cágado, Lagoinha e Poço do Touro<sup>12</sup>. Em 1841, quando faleceu o Capitão Feitosa, seu rebanho estava acrescido em 105 cabeças de gado, 6 cavalos e, a única diferença, um profícuo número de 83 cabras<sup>13</sup>.

Ao longo de pouco mais de 20 anos, a vida do Capitão Feitosa foi a criação de gado. Em realidade, seu maior trunfo foram os casamentos e estratégias para a reprodução social de alguns de seus filhos. O primeiro foi o seu filho homônimo, o Capitão Francisco Alves Feitosa. Nascido entre 1803 e 1805, temos conhecimento de sua fortuna através do inventário da esposa, D. Izabel Alves Feitosa. Em 1868, o casal do Capitão Francisco Feitosa possuía uma riqueza avaliada em 12:995\$390<sup>14</sup>. Tinha por rebanho mais de 300 cabeças de gado, 20 cavalos e 84 bodes. Era senhor de 7 escravizados. Entre seu patrimônio fundiário, destacavam-se as partes de terras que possuía em Canudos, no Espinheiro, na Várzea da Ilha do Ouro, no Porto da Serra, no Bebedor, na Cachoeira, na Lagoa Grande e no Buraco, além de terras nas fazendas Formosa, Nova, Bom Jardim e Espinheiro. Algumas dessas terras, entretanto, adquiriu não só pela herança de seu pai, mas pelo seu casamento<sup>15</sup>.

Um outro casamento proveitoso foi o de D. Ana Josefa de Campos, a primeira filha do Capitão Francisco Álvares Feitosa e Maria Josefa, neta do casal fundador da linhagem. Em 1866, após a morte de seu marido, o rico fazendeiro Bonifácio José de Campos, a avaliação dos bens do casal chegou à soma de 18:790\$420<sup>16</sup>. Seu patrimônio era composto por um significativo rebanho vacum de 379 cabeças, 26 cavalos e 82 cabras. Suas terras estavam distribuídas em roças próximas ao Capitão Manoel Gonçalves Lima, portanto, dentro da parentela, terras na fazenda Lagoa da Serra, na Forma,

<sup>12</sup> AGJSE, PFO, N° 2959, doc. 09, 1839, Inventário post mortem de Maria Alves Feitosa.

<sup>13</sup> AGJSE, PFO, N° 2960, doc. 11, 1841, Inventário post mortem de Francisco Álvares Feitosa.

<sup>14</sup> AGJSE, PFO, N° 2970, doc. 21, 1868, Inventário post mortem de D. Izabel Alves Feitosa.

<sup>15</sup> AGJSE, PFO, N° 2963, doc. 03, 1856, Inventário post mortem de Manoel José de Souza.

<sup>16</sup> AGJSE, PFO, N° 2970, doc. 10, 1866, Inventário post mortem de Bonifácio José de Campos.



na Lagoa Redonda, e Lagoa do Espinheiro. Contudo, o que mais nos chama atenção é a quantidade de terras próximas e mencionadas ao antigo Morgado de Porto da Folha, na qual possuíam casas, currais e tanques. É possível que essa menção indique a família de Bonifácio como um dos antigos arrendatários dos Castel Branco. Como tratado por Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997), grandes senhorios pecuaristas, como a Casa da Ponte e a Casa da Torre, embora detivessem domínio sobre vastas áreas, a criação de gado era realizada por instalação de famílias arrendatárias.

Assim como seu pai havia feito consigo, D. Ana Josefa e seu marido, Bonifácio, também se cuidaram sobre o futuro de seus filhos. Rosa Benta quando faleceu, em 1864, era casada com Antônio Alves de Loureiro Lima. A soma de seu patrimônio estava avaliada em pouco mais de três contos de réis, um cabedal considerável para um jovem casal de fazendeiros<sup>17</sup>. Residiam em uma casa na Vila de Curral das Pedras, além de possuírem uma posse de terras na Cachoeira e outra posse com casa de morada e currais na fazenda Alagoinha. Também tinham duas roças no Carretel e na Várzea da Ilha do Ouro, onde plantavam arroz.

Retomando aos filhos de D. Josefa Feitosa e do Capitão Miguel, temos Januário José Álvares falecido antes de sua mãe, ainda em 1837. No processo de inventariação, a viúva, Tereza de Jesus descreveu que ela e o finado possuíam 146 cabeças de gado e 11 cavalos nas fazendas Lagoa Salgada, Tabuado e Ilha do Ouro. Na fazenda do Tabuado, possuíam curral, chiqueiro e uma casa, além de terras na Lagoa Salgada. Também eram senhores de 4 escravizados<sup>18</sup>. Devemos recordar que a fazenda da Lagoa Salgada era onde seus pais possuíam pastos e casas demonstrando que Januário já desfrutava dos bens de seus pais, recebendo terras e criando gado em parceria. Mesmo não sendo tão rico, Januário conseguiu um bom casamento para sua filha, D. Ana Maria de Jesus, com seu sobrinho, Manoel Alves Lima, filho de seu irmão, o já mencionado Capitão Francisco Álvares Feitosa. No inventário de Ana Maria, seu marido descreveu

<sup>17</sup> AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 18, 1864, inventário post mortem de Rosa Benta de Campos.

<sup>18</sup> AGJSE, PFO, N° 2959, doc. 03, 1837, inventário post mortem de Januário José Álvares.

que seu casal era possuidor de um modesto rebanho de 129 reses e 2 cavalos, nos pastos que também possuíam no Buraco, na Lagoa Grande e na Caxumza, além de metade de uma posse de plantar no Carretel<sup>19</sup>.

Observando a fortuna dos quatro filhos do Capitão Miguel e de sua prole descendente, vemos que conseguiram se estabelecer como fazendeiros na região, ou fizeram das gerações futuras indivíduos de destaque entre os proprietários. Nem todos tiveram o mesmo sucesso, porém. Falecido em 13 de janeiro de 1844, José Gonçalves Lima era casado com D. Ana Francisca do Sacramento, tendo um patrimônio avaliado em 1:768\$053<sup>20</sup>. Seus bens também foram muito poucos quando comparados com seus irmãos mais velhos: em seus currais tinha apenas 26 cabeças de gado, 1 cavalo e 8 ovelhas. Suas terras eram compostas basicamente pelo quinhão deixado por sua mãe, sendo terras nas fazendas Lagoa Grande e Cachoeira, além de uma casa na vila.

Assim como fizeram com os filhos homens, o Capitão Miguel e D. Josefa também se preocuparam na reprodução social e estabelecimento de bons casamentos e boas relações às suas filhas.

### *Filhas de Josefa...*

A primeira das filhas, D. Maria do Sacramento era casada com o Capitão Manoel Bezerra dos Santos, falecido em março de 1866. Após a avaliação dos bens, a soma de sua fortuna chegava a mais 8 contos de réis. Seu rebanho era composto por 237 cabeças de gado e 14 cavalos, distribuídos nos pastos que possuíam nas fazendas do Mingú, dos Marrecos e Pia da Mimosas<sup>21</sup>. Além desses pastos, também tinham duas roças no Buraco e no Cavalá, onde plantavam arroz em que ocupava 5 escravizados adultos. Um ponto interessante é que possuíam terras foreiras, ou seja, que pagavam foro a outro proprietário. Infelizmente, os avaliadores não mencionaram

<sup>19</sup> AGJSE, PFO, Nº 2965, doc. 06, 1856, inventário post mortem de Ana Maria de Jesus.

<sup>20</sup> AGJSE, PFO, Nº 2961, doc. 10, 1844, inventário post mortem de José Gonçalves Lima.

<sup>21</sup> AGJSE, PFO, Nº 2970, doc. 07, 1866, inventário post mortem do Capitão Manoel Bezerra de Souza.



quem era o proprietário de direito. Deduzimos, a partir de seu registro de terras, realizado 10 anos antes, que o casal pagava foro ao administrador das terras antes pertencentes ao antigo Morgado de Porto da Folha.

Assim como sua irmã, D. Francisca das Chagas, filha de D. Josefa Feitosa, também era casada com um rico fazendeiro. Dela, dispomos do seu inventário em conjunto com seu cônjuge, Félix Moreira de Souza, ambos falecidos em 1836, ou seja, 6 anos antes da matriarca da linhagem. Durante o processo de inventário, seu genro, Gonçalo Camilo do Rego, detalhou que o casal era possuidor de mais de 300 cabeças de gado e 29 cavalos, distribuídos nas fazendas do Batatal, São José, Lagoa Salgada e Iha do Ouro<sup>22</sup>. Além de gado, possuíam dois currais e um chiqueiro tanto na Fazenda São José, quanto na Batatal, além de casas de morada nas ditas propriedades e na vila de Porto da Folha. Em suas terras, dispunham da força de trabalho de 10 escravizados. A soma dos bens foi avaliada em pouco mais de 8 contos de réis.

A partir do inventário de dois dos filhos de Francisca e Félix, podemos observar como as terras foram transmitidas aos seus herdeiros e como essas foram utilizadas por eles na montagem de seu patrimônio. O primeiro herdeiro, José Moreira de Souza, era casado com Luciana Campos, filha de sua prima, D. Ana Josefa de Campos e Bonifácio José de Campos, mencionados anteriormente. Quando ficou viúvo, os bens que José Moreira possuía em casal foram avaliados ao todo em 4:253\$900, quase metade do que possuía seus pais 20 anos antes<sup>23</sup>. Em seus pastos tinham pouco mais de 80 cabeças de gado e 5 cavalos, espalhados em terras das fazendas Cachoeira, Lagoa Grande e São José.

Já o segundo herdeiro, Benedito, após seu falecimento, teve seus bens descritos pela esposa e prima, D. Maria da Invenção. O rebanho era composto por 40 cabeças de gado e 4 cavalos, dimi-

<sup>22</sup> ACJSE, PFO, N° 2958, doc. 10, 1836, inventário post mortem do casal Francisca das Chagas e Felix Moreira de Souza.

<sup>23</sup> ACJSE, PFO, N° 2965, doc. 07, 1856, inventário post mortem de Luciana Maria de Campos.



nuto quando comparado aos seus pais e demais parentes<sup>24</sup>. Entre seus bens fundiários, uma casa que possuía em Curral de Pedras, terras no Buraco e na Fazenda São José, além de uma roça na Lagoa de Beber. Assim, com relação aos dois filhos de Francisca Chagas e Félix Moreira, observa-se como a endogamia também fazia parte do estabelecimento de alianças intrafamiliares. Ao casar os filhos com os primos, as famílias reforçavam a aproximação e o compartilhamento de terras e direitos de acesso.

D. Maria dos Santos Lima, uma das filhas de D. Josefa Feitosa e do Capitão Miguel Gonçalves, era casada com o Capitão Antônio Teixeira de Souza. Em decorrência de seu falecimento em janeiro de 1864, a soma de seus bens foi avaliada em 21:111\$940<sup>25</sup>. Junto com seu marido eram um dos maiores criadores de gado do termo de Porto da Folha, tendo 552 reses, 28 cavalos, uma mula e 108 bodes. Era senhora de onze escravizados, que labutavam em suas vastas posses: pedaços de terras na Santa Cruz, nas fazendas Cotovelo e Ponta da Serra; duas roças no Mello e em Canudos; uma posse na Fazenda Lagoa dos Bichos e na Fazenda Coquinho Bonito; a Fazenda Caipora, com suas benfeitorias; outra fazenda, em Monte Santo; um curral na Fazenda Lagoa Grande; casas com currais no Poço dos Touros, nas fazendas Ponta da Serra e Cotovelo, além de uma morada de casas na Povoação de Porto da Folha

No inventário de seu marido, o Capitão Antônio Teixeira de Souza, falecido no final do mesmo ano de 1864, muito dos bens do casal já tinham sido repartidos entre seus herdeiros<sup>26</sup>. Na verdade, ainda no inventário de D. Maria Santos Lima, já tinha sido descrito que cada um dos seus sete filhos recebeu como dote, ou seja, como adiantamento de herança, joias, mobiliários, escravizados, terras e gado para iniciarem sua vida adulta. Por isso, consideramos que os 11 escravizados listados no inventário eram apenas uma pequena

<sup>24</sup> AGJSE, PFO, Nº 2966, doc. 02, 1857, inventário post mortem de Benedito Moreira de Souza.

<sup>25</sup> AGJSE, PFO, Nº 2969, doc. 15, 1864, inventário post mortem de D. Maria dos Santos Lima.

<sup>26</sup> AGJSE, PFO, Nº 2969, doc. 19, 1864, inventário post mortem do Capitão Antônio Teixeira de Souza.



parte da escravaria que possuía anteriormente. A partir da busca do patrimônio de seus filhos, identificamos dois herdeiros que conseguiram manter o status da família a partir dos adiantamentos.

Um dos filhos do casal, o Capitão Francisco Antônio de Souza ficou viúvo após a morte de sua esposa, Ana Maria da Costa Dórea, em 1853<sup>27</sup>. Segundo consta no inventário de sua mãe, Francisco recebeu escravizados como dote. Isso fica evidente na descrição dos bens possuídos pelo casal. Entre os bens fundiários, são listadas duas moradas de casas que tinham na vila de Porto da Folha, uma casa que possuía na Fazenda Curral do Meio, e outros quinhões na Lagoa Preta, no Papagaio, nos Campinhos e na Caraíba, além de dois currais na Fazenda Poço dos Touros. Os currais na Poço dos Touros podem ter sido construídos com permissão do pai de Francisco, o Capitão Teixeira. Mesmo sem receber gados de sua família, oficialmente, possuíam um rebanho constituído em 319 cabeças de gado, 6 cavalos, 65 caprinos e 34 ovelhas, pastoreados por 8 escravizados.

O segundo filho que também recebeu adiantamentos de herança foi o Capitão Domingos Gonçalves de Souza. Casado com D. Antônia Rodrigues de Souza, seus bens estavam avaliados, em 1862, em mais de sete contos de réis<sup>28</sup>. Segundo sua esposa, seu falecido marido possuía uma casa de morada na povoação de Porto da Folha, casas com benfeitorias na Fazenda Mulungu e na Fazenda Boa Vista, além de uma roça cercada em Canudos. Nelas, tinha um rebanho aproximado em 140 cabeças de gado, 6 cavalos e 135 bodes. Segundo o inventário de sua mãe, tinha recebido como adiantamento, escravizados. Na listagem de seus bens, foram descritos seis cativos.

Nem todos os herdeiros de D. Josefa e do Capitão Miguel Gonçalves conseguiram alcançar o prestígio de serem fazendeiros de grandes posses. Uma de suas filhas, D. Josefa Maria do Espírito Santo, da qual temos as informações de seu inventário, foi uma das mais pobres entre seus irmãos<sup>29</sup>. Contudo, para compreender isso,

<sup>27</sup> AGJSE, PFO, N<sup>o</sup> 2964, doc. 11, 1853, inventário post mortem de Ana Maria da Costa Dórea.

<sup>28</sup> AGJSE, PFO, N<sup>o</sup> 2969, doc. 04, 1862, inventário post mortem do Capitão Domingos Gonçalves de Souza.

<sup>29</sup> AGJSE, PFO, N<sup>o</sup> 2964, doc. 13, 1854, inventário post mortem de Josefa Maria do Espírito Santo.

devemos retornar até o início do século XIX, com o inventário de Manoel Barbosa dos Santos<sup>30</sup>. Falecido em novembro de 1807, era casado com Joana de Melo, com quem tinha 7 filhos. Entre seus bens de raiz, foi descrito apenas uma morada de casas em terras foreiras na Fazenda Curral de Pedras. Em seu inventário foi listado que devia diversas quantias para negociantes moradores na Vila de Penedo, do outro lado do Rio São Francisco. Embora fossem um casal pobre, buscaram tecer alianças com outras famílias da região através do casamento. Dentre esses, casar seu filho, Antônio Manoel Barbosa com uma das filhas do Capitão Miguel Gonçalves e de sua esposa, D. Josefa Álvares. Diferente de outros irmãos, esse caso possibilita compreender que algumas dinâmicas familiares não podem ser só analisadas de um dos lados: não foi D. Josefa Maria que empobreceu, mas o filho de Joana de Melo e Manoel Barbosa que conseguiu emergir socialmente.

308

A partir da descrição, fica evidente a existência de distinções entre os filhos do Capitão Miguel e de D. Josefa: desde filhos com mais de 500 cabeças de gado, até uma filha casada com um descendente de foreiros pobres. A reprodução social das famílias senhoriais também estava assentada na manutenção de hierarquias excludentes intrafamiliares e extrafamiliares (Pedroza, 2011). Ao privilegiar alguns herdeiros, em detrimento dos outros, o patriarca se preocupava em estabelecer diferenciações entre seus filhos, ao selecionar quais devem receber tais terras, tais escravizados, tais posições de destaque. Externamente, a preocupação das famílias foi em não fragmentar o patrimônio e garantir que a maioria conseguisse sustentar o status de fazendeiro ou de chefe militar local. Para isso, retomavam alianças com outras famílias senhoriais também preocupadas com a manutenção das mesmas hierarquias. O que estava em fito era a ascensão dos filhos e filhas e que estes permanecessem na mesma posição social das gerações precedentes. Para isso, baseando-se na economia pecuarista-escravocrata da qual Porto da Folha estava inserida, a posse de terras, bois e humanos escravizados era fundamental.

<sup>30</sup> ACJSE, PFO, N° 2955, doc. 04, 1808, inventário post mortem de Manoel Barbosa dos Santos.



## Considerações finais

Ao analisarmos a descendência da família Gonçalves Lima, identificamos que a mesma se comportava como outros fazendeiros de gado são-franciscanos e pecuaristas-escravistas espalhados pelo Brasil do século XIX. Reconhecendo os limites das fontes trabalhadas, ainda nos resta investigar como os membros da família utilizaram o seu poder em querelas de terra intrafamiliares, como utilizavam dos seus dependentes na manutenção de sua posição, por meio da violência ou de outros expedientes, e como as redes de sociabilidade eram perceptíveis em suas relações com os escravizados.

Apesar das distinções evocadas pela manutenção da família, também fica nítido práticas possessórias que se baseavam no estreitamento de redes de sociabilidade entre os diferentes membros do mesmo núcleo familiar. A própria existência dos pastos coletivos, caracterizados como terras em situação jurídica *pro indivisa*, também apontam como a legislação portuguesa sobre a herança, que determinava a igualdade entre todos os herdeiros, era negociada entre os membros das famílias. Para o “bom” funcionamento dessa prática possessória, como destaca Graciela Garcia (2006), era necessária a existência do consenso geral sobre o acesso ao bem fundiário. As terras, apesar de pertencerem legitimamente a todos os herdeiros, deveriam ser ocupadas de forma que não atentasse ao direito alheio.

## Referências

### Inventários

AGJSE, PFO, N° 2955, doc. 04, 1808, inventário post mortem de Manoel Barbosa dos Santos.

AGJSE, PFO, N° 2955, doc. 04, 1808, inventário post mortem de Manoel Barbosa dos Santos.

AGJSE, PFO, N° 2956, doc. 05, 1818, Inventário post mortem de Maria Josefa.

AGJSE, PFO, N° 2958, doc. 05, 1836, Inventário post mortem de Josefa Álvares.

AGJSE, PFO, N° 2958, doc. 10, 1836, inventário post mortem do casal Francisca das Chagas e Felix Moreira de Souza.

AGJSE, PFO, Nº 2959, doc. 03, 1837, inventário post mortem de Januário José Álvares.

AGJSE, PFO, Nº 2959, doc. 09, 1839, Inventário post mortem de Maria Alves Feitosa.

AGJSE, PFO, Nº 2960, doc. 10, 1841, Inventário post mortem de Domingos Gonçalves Lima.

AGJSE, PFO, Nº 2960, doc. 11, 1841, Inventário post mortem de Francisco Álvares Feitosa.

AGJSE, PFO, Nº 2961, Doc. 05, 1842, Inventário *post mortem* de D. Josefa Álvares Feitosa

AGJSE, PFO, Nº 2961, doc. 10, 1844, inventário post mortem de José Gonçalves Lima.

AGJSE, PFO, Nº 2962, Doc. 04, 1842, Inventário *post mortem* de D. Josefa Álvares Feitosa.

AGJSE, PFO, Nº 2963, doc. 03, 1856, Inventário post mortem de Manoel José de Souza.

AGJSE, PFO, Nº 2964, doc. 11, 1853, inventário post mortem de Ana Maria da Costa Dórea.

AGJSE, PFO, Nº 2964, doc. 11, 1853, inventário post mortem de Ana Maria da Costa Dórea.

AGJSE, PFO, Nº 2964, doc. 13, 1854, inventário post mortem de Josefa Maria do Espírito Santo.

AGJSE, PFO, Nº 2964, doc. 13, 1854, inventário post mortem de Josefa Maria do Espírito Santo.

AGJSE, PFO, Nº 2965, doc. 04, 1856, Inventário post mortem de Luís Álvares (Alves) Lima.

AGJSE, PFO, Nº 2965, doc. 06, 1856, inventário post mortem de Ana Maria de Jesus.

AGJSE, PFO, Nº 2965, doc. 07, 1856, inventário post mortem de Luciana Maria de Campos.

AGJSE, PFO, Nº 2965, doc. 14, 1856, Inventário post mortem de D. Josefa Alves.

AGJSE, PFO, Nº 2966, doc. 02, 1857, inventário post mortem de Benedito Moreira de Souza.

AGJSE, PFO, Nº 2967, doc. 09, 1859, Inventário post mortem de Maria Paula de Jesus.



AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 04, 1862, inventário post mortem do Capitão Domingos Gonçalves de Souza.

AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 04, 1862, inventário post mortem do Capitão Domingos Gonçalves de Souza.

AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 15, 1864, inventário post mortem de D. Maria dos Santos Lima.

AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 18, 1864, inventário post mortem de Rosa Benta de Campos.

AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 19, 1864, inventário post mortem do Capitão Antônio Teixeira de Souza.

AGJSE, PFO, N° 2969, doc. 19, 1864, inventário post mortem do Capitão Antônio Teixeira de Souza.

AGJSE, PFO, N° 2970, doc. 07, 1866, inventário post mortem do Capitão Manoel Bezerra de Souza.

AGJSE, PFO, N° 2970, doc. 10, 1866, Inventário post mortem de Bonifácio José de Campos.

AGJSE, PFO, N° 2970, doc. 21, 1868, Inventário post mortem de D. Izabel Alves Feitosa.

AGJSE, PFO, N° 2970, doc. 24, 1868, Inventário post mortem de D. Antônia Rodrigues Lima.



## Bibliografia

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais*: famílias de elite e sociedade na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FERREIRA, Elisângela Oliveira. *Entre vazantes, caatingas e serras*: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX. – Tese de Doutorado – Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERREIRA, Jackson André da Silva. *Gurgalha*: um coronel e seus descendentes no sertão baiano (Morro do Chapéu, século XIX). – Tese de Doutorado – Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2014.

FERREIRA, Maria. *Condominium*: práticas de sociabilidade e propriedade da terra – Vale do São Francisco – Império do Brasil. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

GARCIA, Graciela Bonassa. *O domínio da terra*: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. – Dissertação (Mestrado) – Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. – Trad.: Cynthia Marques de Oliveira – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; VIEIRA, Éden Filipe Santos; PEREIRA, Ana Cláudia. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na ascensão da lavoura canavieira. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, v.12, n.13. 2018.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). 2 ed. Revista e ampliada. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS Editora, 2008.

PAES, Mariana Armond Dias. Terras em contenda: circulação e produção de normatividades em conflitos agrários no Brasil Império. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 74, pp. 379-406, jan./jun. 2019.

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da moral**: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX). – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Camponeses e criadores na formação social da miséria** - Porto da Folha no sertão do São Francisco (1820-1920). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1981.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado-interno no Brasil colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 8, abril de 1997, p. 119-156.

SILVA, Sheyla Farias. **Currais e roças**: o espaço agrário de Estância e Porto da Folha/Sergipe (1850 – c. 1900) – Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

